

INSTITUIÇÃO CRECHE E NATALIDADE: DIÁLOGOS EM HANNAH ARENDT

Luciene Aparecida Pinto Costa Pereira¹

Fabiane Barbosa Martins²

Resumo: Este trabalho propõe refletir sobre o surgimento da creche, enquanto construção social e histórica, demarcando a influência dos interesses capitalistas sobre essa instituição, e ao mesmo tempo, pensar o conceito de natalidade em Hannah Arendt, como contributo para Educação de crianças de 0 a 3 anos de idade. O estudo é de cunho teórico, com base em revisão da literatura e busca articular a pedagogia, história e a filosofia, dialogando com estudiosos que se debruçaram sobre a temática. A apresentação da tese de que a constituição histórica das creches nos tempos hodiernos afastaram as crianças do mundo dos adultos e as colocaram em uma redoma. Como resultado provisório, o conceito de natalidade em Arendt, só pode acontecer quando adultos assumirem o mundo em que estão inseridos.

Palavras-chave: Educação Infantil. Contexto histórico. Assistencialismo. Natalidade.

INTRODUÇÃO

Dia após dia nega-se às crianças o direito de ser criança. Os fatos, que zombam desse direito, ostentam seus ensinamentos na vida cotidiana. O mundo trata os meninos ricos como se fosse dinheiro, para que se acostumem a atuar como o dinheiro atua. O mundo trata os meninos pobres como se fossem lixo, para que se transformem em lixo. E os do meio, os que não são ricos nem pobres, conserva-os atados à mesa do televisor, para que aceitem desde cedo, como destino, a vida prisioneira.

Muita magia e muita sorte têm as crianças que conseguem ser crianças.

(Eduardo Galeano, De Pernas pro ar – A escola do mundo ao avesso).

Foi pensando nas palavras de Eduardo Galeano, que se chegou com o presente artigo, à pretensão de refletir sobre o surgimento da instituição creche, enquanto construção social e histórica, delineando a influência dos interesses do capital sobre essa instituição e, ao mesmo

¹ Doutoranda em Educação pela PUC/GO. Mestre em Educação pela UFG. Licenciada em História pela FAFICA. Professora do curso de Pedagogia na UNIFIMES. E-mail: lucienepereira@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela UNIFIMES; Bacharel em Administração pela UNIFIMES.

tempo, pensar o conceito de natalidade em Hannah Arendt, como contributo para Educação de crianças de 0 a 3 anos de idade.

A fim de percorrer esse caminho, utilizou-se como instrumento metodológico, a pesquisa de cunho bibliográfico.

Para Arendt (2002, 2010), o nascimento dos homens é considerado um fato político incontestável. Por isso, a autora nos chama a atenção de que as crianças que nascem para o mundo, necessitam de ser educadas para confirmar a sua existência humana e poder sobreviver. E é na escola, principalmente na instituição creche, que a criança adentra ao mundo da cultura, aprende a falar, a ter domínio da linguagem, a se expressar e a interagir com adultos e crianças das mais diferentes idades.

Segundo Soares (2017, p.14):

A escola como espaço público coletivo, pode possibilitar às crianças experiências ricas e significativas de escuta da própria voz, de diálogo com a fala do outro em um devir que represente uma alternativa em relação às subjetividades dominantes e que subverta o desejo do outro, fazendo dele, uma outra coisa .

Ademais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, definiu que a Educação Infantil passaria a integrar a educação básica, mas também, afirma ser um direito da criança e uma opção dos pais/responsáveis de levarem, ou não, suas crianças para essas instituições.

Para que a instituição creche chegasse nesta atual configuração expressa pela LDBEN, foi necessária a sociedade se mobilizar para que seus direitos fossem atendidos. E é esse movimento de voltar ao contexto histórico, para compreender de que maneira essas mudanças ocorreram, quais foram os enfrentamentos, lutas e embates, que a sociedade fez para conseguir um local em que pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam. É isso que vamos perquirir.

Mais ainda, entender se a instituição creche, está voltada para uma *vida activa*, preocupada com a chegada dos *novos*, com a *natalidade*, que são conceitos elaborados por Hannah Arendt, ou está presa à ideia de filantropia, de caridade, transformando essas crianças em seres isolados, corpos controlados e apáticos diante do mundo político, como bem ressalta Eduardo Galeano em sua obra “De Pernas pro ar – A escola do mundo ao avesso”.

Surgimento das Creches – Instituições Asilares e Filantrópicas

A origem das creches está intimamente ligada às transformações que ocorreram na Europa a partir do século XIV, período em que o modo de produção feudal estava em franco processo de desintegração. Como consequência, as cidades renasceram e as atividades comerciais foram se estruturando com o nascimento de uma nova classe social – a burguesia. Desta forma, nasciam as primeiras relações capitalistas.

O avanço do capitalismo trouxe o corolário nas relações econômicas e transformou o modo como a sociedade vivia. Por exemplo, a educação de crianças pequenas que antes era de responsabilidade da família, mais especificamente da mãe, foi outorgada a outrem, exigindo uma nova organização familiar muito diferente da que já existia.

Por outro lado, as necessidades que antes eram supridas dentro do contexto familiar, no qual seus membros produziam tudo que era necessário para sua sobrevivência, agora, com o novo modo de produção, para que sejam supridas, terá o homem que vender a sua força de trabalho, e assim mesmo por um preço que irá garantir apenas o mínimo necessário para a perpetuação da espécie.

Diante desta nova composição do mundo do trabalho e, com a introdução de maquinários, a mão de obra masculina, já não era mais tão necessária em alguns setores; foram criadas condições materiais para que mulheres e crianças possam adentrar ao mercado de trabalho por várias razões, dentre elas: diminuir os custos da produção, já que eram consideradas mão de obra barata. E com a utilização de máquinas, não era necessária muita força física para manuseá-las.

Saffioti (2013, p.69) salienta que:

O processo de acumulação do capital nesta fase não apenas elimina menos trabalho do que a máquina está apta a fazê-lo; elimina, por vezes, o trabalho do chefe de família não porque tenha nova sociedade subvertido a hierarquia familiar, mas porque a tradição de submissão da mulher a tornou um ser fraco do ponto de vista das reivindicações sociais e, portanto mais passível de exploração.

É interessante ressaltar também, que a diferença salarial da mão de obra masculina com a feminina estava centrada no fato de que os homens como chefes de família tinham por obrigação sustentar suas mulheres. Outro fator era a grande reserva de mulheres disponíveis no mercado de trabalho. Portanto, não havia necessidade de ganhar salário equivalente ou

superior ao do homem. Outra forma de exploração da mão de obra feminina eram as jornadas extenuantes de trabalho, que chegavam a durar entre 14 e 18 horas diárias.

O processo de cerceamento contribuiu para utilização do trabalho infantil nas cidades. Durante esse período, somente as crianças que viviam em orfanato eram destinadas às fábricas. Posteriormente, crianças que moravam com suas famílias passaram a serem empregadas, com jornada de trabalho de 14 horas por dia e com salários bem inferiores, correspondendo à quinta parte do salário de um adulto.

É importante ressaltar, que as crianças estavam expostas a todos os tipos de acidentes, e muitas vezes eram fatais. Ademais, as crianças trabalhavam em locais insalubres, com pouca ou quase nenhuma ventilação, o que provocava uma série de doenças, às quais os patrões não arcavam com as despesas. E mais ainda, as crianças também eram castigadas por se distraírem, chegarem atrasadas ou mesmo quando fugiam do trabalho.

O que levava os pais deixarem seus filhos trabalhar nessas condições? A resposta é clara, para contribuir com o sustento da casa, devido aos baixos salários que todos recebiam.

Para Marx,

[...] a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção do sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. (MARX, 1968, p. 449).

Com a entrada de toda família para o mercado de trabalho, cria-se uma nova necessidade, que é produzida pelo próprio capital. Quem cuidaria das crianças pequenas que não possuíam idade para trabalhar nas fábricas?

Foram às condições materiais impostas pelo modo de produção capitalista que fomentaram a entrada de mulheres no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, criou-se a necessidade de se ter um local onde as crianças pequenas pudessem ser cuidadas, enquanto suas mães trabalhavam. Historicamente, essa questão não foi resolvida de imediato, o que contribuiu com os altos índices de mortalidade infantil, antes dos seis anos de idade.

Porquanto, a origem da instituição creche está associada à transformação da família de extensa para nuclear. Mesmo com essas modificações, as mulheres das classes sociais mais privilegiadas, foram excluídas do mercado de trabalho, pois não havia necessidade de ajudar no sustento da casa. Cabia a elas o papel de exercer a maternidade, mantendo a ideia da

família, como responsável pela educação da criança pequena e, às mulheres que não possuíam um poder aquisitivo, restava o trabalho duro no chão das fábricas.

Por isso, as primeiras instituições que surgiram na Europa, trazem o “recorte em favor da família como matriz educativa preferencial” (OLIVEIRA, 2005, p.58), daí a origem da palavra creche.

A palavra creche, de origem francesa, e que significa manjedoura, foi utilizada para designar a primeira instituição criada pelo Padre Oberlim, na França, há mais de duzentos anos, para guardar e abrigar crianças pequenas consideradas necessitadas pela sociedade da época (ABRAMOWICZ e WAJSKOP, 1995, p.9).

Ainda de acordo com Abramowicz e Wajskop (1995), esse caráter assistencialista, de custódia, voltada apenas para os aspectos da higiene e sem nenhuma preocupação educativa, apenas da guarda dessas crianças e sustentada por entidades filantrópicas, sinaliza o quanto o trabalho dentro dessas instituições era precário. Ou seja, filho de pobres deveria ter o mínimo necessário para que pudesse viver e manter suas mães submetidas ao trabalho fabril. Esse modelo teve seu início no contexto da Revolução Industrial no século XVIII e perdurou durante muito tempo nas creches do mundo todo, incluindo as do Brasil.

Instituição Creche no Brasil: uma trajetória cheia de percalços

A origem das creches no Brasil, não se diferencia da triste realidade das crianças europeias do século XVIII, marcada pelo abandono, indiferença, sofrimento, privação cultural. Tudo isso, com o intuito de perpetuar o processo de exploração de mão de obra.

Segundo Merisse (1997), a instituição creche, aparece por volta do século XIX. Mas no século XVIII, têm-se notícias de asilos infantis por aqui, devido à alta taxa de abandono de bebês. O motivo pelo qual esses índices eram altíssimos se encontrava no fato de uma sociedade marcada pelo patriarcalismo em que o pai detinha o direito sobre todos os membros da família, “inclusive o de castigar os escravos, a mulher e os filhos” (MERISSE, 1997, p.27).

Ainda mais, era vedado às escravas o direito de amamentar seus filhos. Assim que os bebês nasciam, eram retirados os “recém-nascidos da escrava, dando-lhes os mais variados destinos – inclusive o abandono” (MERISSE, 1997, p.27). O motivo de tamanha crueldade era para não prejudicar o seu trabalho.

As escravas, de uma forma ou de outra, raramente ficavam com seus bebês e, quando o senhor de escravo não possuía filhos para serem amamentados, ele as alugava como amas de leite. Assim, podemos evidenciar que, o sistema escravocrata, contribuiu com o abandono de crianças, principalmente dos filhos que eram ilegítimos. E mais, facilitou a promiscuidade dos homens, os quais utilizavam as escravas e mulheres pobres como prostitutas para satisfazerem suas necessidades sexuais.

Outrossim, as filhas dos senhores que engravidavam antes de se casarem, eram retiradas de circulação, para que não ficassem a mercê dos comentários da sociedade e fossem difamadas ou chamadas de “mães solteiras”. Portanto, assim que as crianças nasciam eram obrigadas a abandoná-las. Tais práticas, principalmente entre mulheres negras e pobres, levaram ao aumento considerável de crianças abandonadas, fazendo com que, por volta de 1738, fosse criada a Casa dos Expostos, pelo padre Romão Mattos Duarte, conhecidas também como Casa dos Enjeitados ou Casa da Roda.

Segundo Merisse (1997)

A “roda” era uma referência ao mecanismo onde se depositavam as crianças: um cilindro oco de madeira, com uma pequena abertura, que girava em torno de um eixo horizontal. A criança era colocada na abertura, pelo lado de fora da instituição. Girando-se a roda, ela passava para o lado de dentro, de tal modo que o depositante não podia ser visto, impedindo-se assim a sua identificação. (MERISSE, 1997, p. 28).

Merisse (1997) ressalta ainda, que essa não era a finalidade da roda. A sua existência primeira era para ajudar os conventos com alimentos e outras coisas mais, e não tinha por objetivo receber bebês enjeitados pelas mães. Devido a essa triste realidade, os conventos passaram a aceitá-las, na intenção de reduzir a mortalidade infantil.

Com isso, várias instituições foram criadas pelo Brasil afora, mas, infelizmente, a Casa dos Expostos não conseguiu conter o alto índice de mortalidade. É interessante salientar que, até segunda metade do século XIX, essas instituições eram as únicas que cuidavam da infância e tinham um caráter assistencial, caritativo, ou seja, ofereciam serviços de forma filantrópica. Quase todas as entidades eram religiosas, ligadas à Igreja Católica, não havendo, portanto, uma preocupação do Estado em proteger a vida das crianças.

Aquilo que realmente era obrigação do setor público – do Estado –, como bem lembra Arendt (1993), ou seja, preservar a vida, oferecendo condições básicas para a

sobrevivência de qualquer indivíduo, outorgava-se para as entidades filantrópicas ou para o setor privado, que acabava lucrando com a situação de miséria em que os trabalhadores se encontravam.

Diferentemente dos países europeus, em que as creches surgiram para atender às mulheres que trabalhavam nas indústrias, no Brasil a sua origem ocorreu de maneira peculiar, ou seja, não atendiam apenas às operárias de indústrias, mas às escravas que trabalhavam como domésticas, nelas deixando seus filhos. As creches populares, como ficaram conhecidas, priorizavam apenas a alimentação, a higiene e a seguridade física da criança, tendo como papel precípua combater a pobreza e a mortalidade infantil.

Como bem ressalta Kishimoto (1988),

[...] as creches atendem principalmente o contingente de mulheres e crianças na extrema miséria, que aumentam os núcleos urbanos, fruto do deslocamento de populações pobres, em busca de melhores condições de vida (KISHIMOTO, 1988, p. 24).

A demanda por lugares onde as famílias pudessem deixar suas crianças fomentou o aumento de instituições sem nenhum tipo de fiscalização por parte do governo e sem a mínima condição de higiene e atendimento, ficando as crianças à mercê de pessoas despreparadas. E mais, certos comerciantes ofereciam esse tipo de serviço e cobravam por ele preços aviltantes.

Diante do quadro histórico descrito, podemos afirmar que até o final da década de 1930, a creche não tinha uma função definida, era entendida como um espaço que auxiliava as famílias ou a substituía. A questão pedagógica, não era prioridade, apenas visavam o cuidar para que as crianças não morressem à míngua. Essa era a imagem que as creches passavam, e que de fato era real: a de “um verdadeiro depósito de crianças”.

A preocupação de Arendt (1993) com a natalidade, o amor ao mundo, não era prioridade dos governantes durante o século XIX e até a segunda metade do século XX. No Brasil e nos países europeus, a infância não era vista como um direito, e quiçá um dia terá seus direitos contemplados. Podemos então indagar: que tipo de mundo se apresentava à criança? Havia uma preocupação política com a chegada dos novos? Com certeza, não!

Além disso, culpavam as famílias por suas condições sociais; e o Estado as responsabilizava por não proverem os cuidados necessários à sua prole. A ideologia

subjacente sustentava os interesses do capital, afirmando ser responsabilidade das famílias proverem o sustento de seus filhos, até atingirem a capacidade de se autossustentar.

E, mais a falta de políticas públicas levou as mães trabalhadoras a pressionar o Estado e as empresas privadas para que se responsabilizassem pela organização dos espaços e pela manutenção das creches. Tal fator veio ao encontro do movimento operário, que na década de 20 e início de 1930, passou a reivindicar melhores condições de trabalho e de vida. “Essa reivindicação, todavia, não era consensual no movimento operário”, em virtude dos sindicatos serem “combatidos pelas associações patronais” (OLIVEIRA, 2005, p. 96).

A partir de 1923, foi regulamentado o trabalho da mulher, o qual previa que as fábricas, comércios e indústrias instalassem creches e salas de amamentação, para que as mães pudessem amamentar seus filhos enquanto estavam trabalhando.

Indubitavelmente, os avanços conquistados pelas mulheres, a partir da década de 20, não foram fatos isolados. Enquanto elas reivindicavam, o Brasil vivia a crise da oligarquia cafeeira, o avanço da industrialização, a ascensão da burguesia e o movimento escolanovista. O movimento escolanovista, trazido por Anísio Teixeira, se opunha à escola tradicional, na qual o professor era a figura central do processo de ensino e aprendizagem. Elaborado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros defendia a educação pública; o ensino laico, gratuito e obrigatório; a escola única para meninos e meninas; e um ensino ativo em que a criança passaria a ser o centro do processo.

É neste íterim, que as políticas de bem-estar social vão reproduzindo as desigualdades sociais, e as creches se voltam para uma visão sanitarista, considerada um mal necessário para a população operária, que morava em lugares insalubres e suscetíveis às doenças. A grande preocupação do Estado era manter a reprodução da mão de obra e a exploração dos trabalhadores, evitando, ao mesmo tempo, a marginalidade.

Foi com o governo de Getúlio Vargas, mais especificamente durante o Estado Novo (1937-1945), que o Estado passou a intervir no atendimento infantil e, por volta de 1939, criou-se o Ministério da Educação e Saúde, atrelando a educação a uma questão de saúde. Em 1953, esse ministério foi desmembrado, mas durante o período em que as duas coisas permaneceram juntas, foi criado o Departamento Nacional da Criança (DNCr), para atender às questões da infância, maternidade e adolescência, tudo voltado para a área da puericultura.

Durante o período militar no Brasil, os governantes fardados implantaram a “Teoria da Privação Cultural”, com a finalidade de justificar a marginalidade; e as políticas adotadas às creches, na instância federal, por intermédio de órgãos como a LBA, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) e o Departamento Nacional da Criança, continuaram, pós-64, com uma concepção assistencialista. Um dos últimos projetos na área de creches implantado pela LBA denominou-se Projeto Casulo, propondo cuidados com a higiene e com a saúde médico-odontológica e nutricional às crianças de zero a seis anos.

A partir da década de 80, movimentos populares no Brasil passaram a debater sobre a função da creche, exigindo o fim da visão assistencialista; a creche como um direito da população, e mais, um direito da criança de ter um local adequado em que pudesse ser atendida em todos os aspectos: cognitivo, afetivo e social.

A Constituição de 1988 reconhece a creche como instituição educativa, sendo “um direito de todos e dever do Estado e da família” e, mais ainda, o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL. Constituição, p. 12-129).

Porém, isso foi insuficiente. Mesmo com o Plano Nacional de Desenvolvimento, a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), as Leis e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e a formulação do Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1997), as crianças continuavam sendo parcialmente atendidas em suas necessidades e direitos, porque não havia vagas para todas as crianças.

Diante do exposto, como ensinar e ao mesmo tempo educar nossas crianças? Como conciliar a autoridade e a tradição junto às nossas crianças? Como garantir que as instituições que trabalham com crianças pequenas não transformem seus corpos em corpos dóceis e domesticados? Como as instituições de crianças pequenas podem educá-las sem excluí-las do mundo adulto? Como fazer com que esses recém-chegados amem o mundo? Buscar compreender o conceito de natalidade em Hannah Arendt, poderá nos ajudar a trilhar respostas que nos levem a mudanças mais fecundas na educação de crianças pequenas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conceito de natalidade em Hannah Arendt para se pensar a instituição creche

O conceito de natalidade em Hannah Arendt (1993) está presente na obra que a autora escreveu “*A Condição humana*”, porém, o interesse por este tema, surgiu desde suas primeiras incursões na filosofia. A preocupação com o indivíduo adveio depois de um conturbado período em que os regimes totalitários assolaram a Europa e se espalharam pela América, destruindo a dignidade humana.

Em sua obra “*Origens do totalitarismo*”, Arendt (2012) expõe que este regime não se baseia somente no autoritarismo das ditaduras e nem deve ser considerado um regime tirânico, mas sim uma doutrinação que vai lentamente sendo assimilada pelo indivíduo, forçando-o a acreditar que essa seria a melhor saída diante da crise econômico que a Europa vivia.

Ao buscar uma resposta aos horrores que o holocausto causou Arendt (1993), fez uma análise da condição humana, e esclarece primeiramente que esta não pode ser considerada como sinônimo de natureza humana. Na obra “*A Condição humana*”, a autora usa a expressão “*vita activa*” para designar três atividades humanas em que considera fundamental: labor, trabalho e ação. A divisão “corresponde uma das condições básicas mediante as quais a vida foi dada ao homem na Terra” (ARENDR, 1993, p. 15).

O labor se refere à atividade para satisfazer às necessidades atinentes ao processo biológico do corpo humano (crescimento, metabolismo e eventual declínio), e tem como condição humana a própria vida; o trabalho refere-se ao que o homem produz para sua sobrevivência, a algo que é diferente do ambiente natural e que transcende a todos os seres individuais, e sua condição humana é a mundanidade; e, por último, a ação é “a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria” (ARENDR, 1993, p.15), e mais, está ligada à condição plural da humanidade e também aos aspectos políticos. A pluralidade é a manifestação da condição humana, pelo fato de sermos todos humanos e cada um possuir as suas idiossincrasias e suas singularidades.

E é na ação que o homem partilha com os outros, que se revela ao falar e agir, tornando-o um ser diferente, plural. Sem a ação e o discurso, não seria possível distinguir a própria vida humana, o homem não poderia se revelar e revelar ao mundo o que ele pensa. Daí, a importância da natalidade, não no sentido biológico, mas no sentido de um novo começo, um ser aberto às transformações.

A natalidade não é idêntica ao nascimento, que consiste na condição inaugural fundamental da natalidade. Enquanto o nascimento é um acontecimento, um evento por meio do qual somos recebidos na Terra em condições em geral adequadas ao nosso crescimento enquanto membros da espécie, a natalidade é uma possibilidade sempre presente de atualizarmos, por meio da ação, a singularidade da qual o nascimento de cada indivíduo é uma promessa; a possibilidade de assumirmos a responsabilidade por termos nascido e de nascermos, assim também, para o mundo; de que sejamos acolhidos no mundo por meio da revelação de quem somos mediante palavras e atos; de que nasçamos sempre de novo e nos afirmemos natais, não mortais; a possibilidade, enfim, de que nos tornemos mundanos, amantes do mundo (CORREIA, 2010, p. 813).

Neste sentido, o fato de uma criança vir ao mundo, não a faz um ser político. Sua chegada representa a esperança, uma possibilidade de transformação, que só virá, se esta aprender a querer bem esse mundo com atos e palavras. Ao nascer uma criança, todos nós renascemos, porque é na ação e interação que nascemos, e esta ação é política. Por isso, educar uma criança requer que ela aprenda sobre o mundo, sobre a tradição. Negar as experiências passadas, principalmente o que há de mais precioso, é privá-las das experiências do presente, passado e futuro; é não deixar que as crianças modifiquem esse mundo.

Quando nos referimos a educar as crianças, incluímos os bebês e as crianças pequenas. Elas precisam conhecer seus antepassados. Os que hão de nascer precisam entender que esse mundo já existia antes deles virem ao mundo e permanecerá depois da sua morte. Esta é uma faculdade peculiar e original da educação, ou seja, “iniciar os novos num mundo comum e público de heranças simbólicas e realizações materiais” (CARVALHO, 2004, p. 17). Uma herança simbólica que é herdada, não pode ser impositiva usando a lei como escudo. A única maneira de chegarmos a essa herança e dela nos apossarmos é via escola, através do processo de ensino e aprendizagem.

Vale ressaltar que ao educar uma criança, o professor assume posições políticas. Não existe educar uma criança sem debates, sem questionamentos, sem negociar, sem provocá-la. Ser professor não é reproduzir conhecimentos, não é atender aos interesses neoliberais que insistem em uma educação que visa à prática pela prática. “Ser professor significa agir politicamente respondendo por aquilo que o mundo já foi pelo que ele é, e por aquilo que poderia e/ou deveria ser diante das novas gerações humanas” (SOARES, 2017, p 17).

Ademais, não podemos esquecer que cabe à escola, a responsabilidade pela transição da criança da esfera familiar/privada à esfera pública/política. Isso significa introduzi-las no

mundo social e político, no mundo da linguagem, intensificando junto a elas experiências do mundo adulto. Mas, a escola segundo Arendt, “sob o pretexto de respeitar a independência da criança, ela é excluída do mundo dos adultos e mantida artificialmente no seu próprio mundo, na medida em que este pode ser chamado de um mundo” (ARENDR, 2002, p. 233).

Quando a escola se furta a cumprir com o seu papel, que é preparar para a condição adulta não só a criança, como o mundo, corre o risco de ser destruída. O papel da educação é representar esse mundo, inserir a criança respeitando o seu desenvolvimento cognitivo. “Qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação” (ARENDR, 2002, p.239).

De que forma a escola pode inserir a criança no mundo adulto e assumir a sua responsabilidade?

A primeira condição é compreender que a educação é uma das atividades mais necessárias para a condição humana, e que a criança é um ser que se encontra em processo de formação, ainda não está pronta, o mundo ainda lhe parece estranho. A segunda condição é que a escola deveria promover atividades em que a criança pudesse expressar suas ideias, sentimentos, não só entre pares, mas também com os adultos. Assim, a escola estaria educando essa criança para a vida pública e também, para a vida política. E a terceira condição é a de que o professor deva saber diferenciar autoridade de educador e as qualificações de professor. “A qualificação do professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo” (ARENDR, 2002, p. 239).

Arendt cita três pressupostos básicos que levaram os americanos a uma crise sem precedente na educação: 1- a autoridade do adulto é rejeitada pelas crianças, a causa foi o afastamento delas do mundo dos adultos; 2- a formação de professores pautada mais na prática do que no conteúdo; 3- O aluno somente aprende o conteúdo fazendo. Essa constatação nos inquieta, porque no Brasil, assim como nos Estados Unidos, a onda pragmatista chegou por volta de 1932, através de Anísio Teixeira e, em pleno século XXI, tem ganhado força através dos organismos internacionais via UNESCO, com os 4 pilares da Educação, cujas bases estão assentadas nas habilidades e competências. A ciência, a arte e a filosofia, foram excluídos dos currículos no Brasil e o professor, hoje, não tem clareza de qual

é a finalidade da educação (LIBÂNEO). Perdido, o professor e a criança estão fadados ao fracasso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de natalidade que Arendt propõe para a chegada dos novos nos faz pensar que a luta travada para que a creche deixasse de ser uma instituição de cunho assistencialista não foi fácil. A luta para que os novos pudessem nascer crescer e aparecer no mundo como um ser político foi extremamente dolorosa.

A natalidade, em Arendt, ajuda a compreender que a educação representa o mundo, que ela é a transição do privado para o público/político. Mas a educação não é o mundo; juntos, crianças, jovens e professores, aprendem sobre o mundo, e o professor sendo um indivíduo mais experiente por ter chegado a esse mundo primeiro que elas têm por obrigação ensiná-las.

Não podemos abrir mão de ensinar as crianças, pois “uma educação sem aprendizagem é vazia e, portanto, degenera, tornando, por consequência, inevitável a perda da autoridade do professor” (ARENDR, 2002, p. 247). É preciso retirar os véus que encobrem as creches enquanto instituição educativa, e trazer as crianças para o mundo dos adultos, respeitando o seu desenvolvimento e, não criar um mundo à parte, em que apenas reina um mundo de faz-de-conta,

[...] a linha traçada entre crianças e adultos deveria significar que não se pode nem educar adultos nem tratar crianças como se elas fossem maduras; jamais se deveria permitir, porém, que tal linha se tornasse uma muralha a separar as crianças da comunidade adulta, como se não vivessem elas no mesmo mundo e como se a infância fosse um estado autônomo, capaz de viver por suas próprias leis. (ARENDR, 2002, p. 246).

Neste sentido, a educação precisa ser conservadora, conservar os seus antepassados e aprender com eles, para que se possa renovar o mundo. Este é o papel da educação e de professores: que eles assumam a responsabilidade por este mundo, e que possam lutar por uma infância em que a chegada dos novos os renove, enchendo-os de esperança por um mundo em que sejam capazes de viver a justiça social. Esta é a finalidade educativa da instituição creche, ensinar as crianças a preservarem o mundo em que elas vivem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A; WAJSKOP, G. Creches: atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1995.

ARENDT, H. A crise na Educação. In: ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____, H. *A Condição Humana*. 6. Ed. rev. Rio de Janeiro, Forense, Universitária, 1993.

_____. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O conceito de amor em Santo Agostinho*. Tradução Alberto P. Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997. Versão original em alemão de 1929.

CARVALHO, J.S.F. 2004. A crise na educação como crise na modernidade. *Revista Educação – Hannah Arendt*. São Paulo, Segmento. 15-25.

CORREIA, A. *Natalidade e amor mundi*: sobre a relação entre educação e politicagem Hannah Arendt. *Educação e pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 811-822, set./dez. 2010. Disponível em: <http://www.academia.edu/23709533/Natalidade_e_amor_mundi_sobre_a_rela%C3%A7%C3%A3o_entre_educa%C3%A7%C3%A3o_e_pol%C3%ADtica_em_Hannah_Arendt>. Acesso em: 05 jan. 2018.

KISHIMOTO, T. M. *À pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

Ministério da Educação. [PNAIC - PACTO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA](http://pacto.mec.gov.br/historico-pnaic). Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/historico-pnaic>. Acesso em: 12/01/2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 10. ed. Brasília: Centro de Documentação e informação, 1988, p. 128-129.

MARX, K. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Editora Civilização Brasileira, 1968. (Livro I, v.2).

MERISSE, A. (et all). *Lugares da Infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato*. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

OLIVEIRA, Z. R. de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação)

**IV COLÓQUIO ESTADUAL DE
PESQUISA MULTIDISCIPLINAR
II CONGRESSO NACIONAL DE
PESQUISA MULTIDISCIPLINAR**

**20 E 21 DE MAIO
DE 2019**

Ciência e tecnologia em busca de inovações empreendedoras

SOARES, A.S. Infância, natalidade e educação: diálogos com Hannah Arendt. Revista Educação Unisinos, Belo Horizonte 21(1): 12-20, janeiro/abril 2017. Disponível em : <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2017.211.02/5849>.